

**RIO DE JANEIRO, RJ, 15 DE MAIO DE 2000**

*Senhores Ministros aqui presentes; Senhor Superintendente-Geral do Instituto Nacional de Altos Estudos, Doutor João Paulo Reis Velloso; Senhor Presidente do BNDES, Francisco Gros; Senhores Parlamentares; Funcionários; Dirigentes do BNDES; Senhoras e Senhores,*

Foi, naturalmente, com especial satisfação que recebi o convite para retornar aqui a este Instituto e participar desta sessão do Fórum Nacional, que é a última do século.

Tenho acompanhado, faz muitos anos e com interesse, o trabalho que tem sido desenvolvido pelo Instituto que é, realmente, um espaço de reflexão sobre o Brasil.

É muito importante que se mantenha uma espécie de *think tank*, como é o Instituto, com essa capacidade que tem tido, no decorrer desses anos, e uma visão muito plural e interdisciplinar de permitir que haja uma reflexão sobre temas que são candentes e que dizem respeito às orientações fundamentais do nosso país.

E é, portanto, a partir dessa inspiração mesma que aceitei participar e vou até pedir permissão, como já disse ao Doutor Velloso, para

me alongar um pouco. Não quero desperdiçar esta oportunidade de, neste momento, termos uma conversa bastante ampla sobre os temas que já foram aqui mencionados pelo Ministro Velloso e que dizem respeito, ambiciosamente, a futuro, presente e passado. Não entrarei em todos esses temas, porque seria demasiado, mas gostaria de hoje, se me permitem, discutir um pouco algumas transformações no Brasil, numa perspectiva mais estrutural do que conjuntural.

Os avatares da Presidência da República nos levam sempre a estar respondendo a questões do dia-a-dia, às vezes, de hora a hora. E com o sistema das “telinhas” então, de minuto a minuto. Mas acho que, de vez em quando, convém um olhar um pouco mais amplo, sempre tendo em vista que, a partir desse olhar, é preciso responder a algumas indagações sobre os rumos do país, tanto no passado quanto no presente, quanto naqueles que ele possa vir a ter no futuro.

Quero, ao falar primeiro sobre esses momentos de transformações que ocorrem no Brasil, fazer um *caveat*. Não sou o primeiro, naturalmente, a assinalar a dificuldade de colocar a História em perspectiva no mesmo momento em que a estamos vivenciando, sobretudo quando esse momento é, isso é inegável, de tão intensas, densas e profundas transformações no conjunto do planeta e aqui, em especial. É preciso que, nesses momentos de balanço, evitemos as, enfim, quimeras do ufanismo, que freqüentemente escondem e minimizam as nossas mazelas e dificuldades, que não são poucas. Também é preciso evitar o derrotismo que ignora as nossas realizações e desconsidera o esforço grande do nosso povo e o trabalho que tem sido feito.

Ao mesmo tempo, é preciso que leve uma formulação da utopia da boa sociedade, com base na nossa realidade concreta, mas é preciso divisar, sonhar com certa ousadia os passos necessários para que se possa modificar as coisas na direção daquilo que se desenha como o mais auspicioso.

Portanto, esse balanço deve ter um tempo realista e utópico, pois, nas palavras de Antonio Gramsci, combina o bom ceticismo da razão com o necessário otimismo da vontade, que deve ser o resultado de um

amplo debate racionalmente fundado, em que o confronto de interesses das visões impeça a demagogia enganadora e a simplificação das soluções.

Sou profundamente democrata e acredito na razão, acredito no debate, acredito que é preciso que se mantenha viva essa crença que pode ter sido já ultrapassada pelo pós-modernismo, mas, de qualquer maneira, prefiro ser iluminista e ficar mais fiel àquilo em que sempre acreditei: que é preciso, racionalmente, encontrar os caminhos que permitam as transformações.

A memória, sobretudo das dificuldades, às vezes é curta. Mas é preciso começar esse balanço lembrando que, há pouco mais de dez anos, o Brasil e o mundo eram muito distintos do que são hoje. São obviedades, mas convém lembrar. Há dez anos, ainda existia a União Soviética. O Mercosul apenas dava seus primeiros passos. Ainda não se tinha consciência plena da magnitude das mudanças impulsionadas pelos processos simultâneos de superação da Guerra Fria e de crescente globalização das finanças, da produção e do comércio. E a Internet, como instrumento global de informação, apenas engatinhava. Isso faz dez anos.

É importante também recordar os reveses que o País sofreu, seja no plano econômico, com a crise da dívida e o esgotamento do crescimento baseado na industrialização protegida, seja no plano político – amargando ainda a herança de mais de duas décadas de falta de liberdade e de autoritarismo –, seja no plano social, quando a estagnação econômica e a inflação descontrolada fizeram aumentar a pobreza e aprofundar a desigualdade.

Não foi à toa, embora o diagnóstico seja parcial, que os anos 80 e o início dos anos 90 são, freqüentemente, considerados como perdidos. Digo apenas parcial, e já mostrarei por quê.

Mas a sociedade brasileira reagiu a esse quadro e soube reunir forças e instrumentos políticos para enfrentar os antigos e os novos desafios.

Como eu disse, é difícil dar-se conta da dimensão dos processos históricos quando ainda estamos imersos neles, mas tenho a convicção de que, no futuro, os últimos anos do século XX serão reconhecidos como um período em que se realizou uma das mais profundas trans-

formações da nossa História. Transformação na dinâmica demográfica do Brasil, na sua estrutura produtiva, no seu arcabouço institucional, na organização do Estado, no perfil das políticas governamentais e nos padrões de organização social do país.

E vale a pena, creio, retrazar, ainda que brevemente, o percurso dessas transformações. Vamos começar pelo quadro político e social. Assistimos, nas duas últimas décadas, à ampliação da agenda pública, que se tornou muito mais complexa, com a retomada de velhos temas e o ingresso de novos. Voltaram à baila a questão agrária e o tema da Federação. Entraram em pauta a questão ambiental, a situação da comunidade negra, o bem-estar das minorias, as questões de gênero, a reforma da Previdência, o problemas dos menores, a expectativa de novos setores. Só para mencionar alguns temas que voltaram ou que estiveram presentes com muita força no debate nos últimos 20 anos, e acentuadamente nos últimos dez anos.

A que nós podemos atribuir essa expansão da agenda tão significativa? Será que as políticas públicas e as demandas deixaram de ter eficiência e as demandas foram se avolumando? Aprofundou-se por acaso o hiato entre o Estado e a sociedade? Pelo contrário, o fato de que a pauta de reivindicações sociais hoje se apresenta mais ampla e diversificada reflete – eu estou convencido – a energia de um país, de um espaço público em permanente renovação, onde pleitos, há muito não atendidos, ganham visibilidade e onde novas postulações são apresentadas. É só comparar. Pegar a agenda há 20 anos e a agenda de hoje, que se vai ver com muita facilidade que a transformação foi gigantesca e que essa transformação não decorreu da inexistência de políticas públicas, mas decorreu, isso sim, do aumento de demandas, possibilitado até mesmo pela ação da democracia e pela ação de políticas públicas que suscitam novas inquietações.

Portanto, a sociedade brasileira, na verdade, conseguiu se expressar em sua pluralidade, com suas expectativas, mazelas, muitas das quais são de caráter estrutural, mas que aparecem nas conjunturas. Isso tem que vir, obviamente, com o fim do autoritarismo, com o desenvolvimento da cidadania, com a revitalização da democracia

representativa e a dinamização dos diversos mecanismos de participação cidadã, com a democratização do Estado. Seria engano minimizar a importância dessas conquistas. O seu sentido mais profundo é o de proporcionar a base, a partir da qual tudo o mais passa a ser passível de solução.

Às vezes, se ouvem vozes céticas com relação à democracia. E vozes que dizem: “Pois bem, a democracia é muito bonita, nobre, mas os problemas continuam.” Até mesmo pesquisas recentes aprofundam a existência de um certo desencanto com a democracia. Mas são vozes equivocadas. E o fato de mesmo a maioria estar pensando equivocadamente sobre democracia não diminui o erro de não tomar em consideração a importância da democracia. Porque falta a essas vozes perceber que a democracia, evidentemente, não resolve, de imediato, os nossos anseios, mas ela dá a chave para que possamos encaminhar a solução dos problemas. E o que conquistamos, nessas últimas décadas, foi isso: um método de solução de problemas baseado no que já mencionei, em um diálogo, na aceitação das diferenças, no respeito ao dissenso e na renúncia à utilização de meios violentos como instrumento de política. Isso não é pouco.

Já se foi o tempo da gestão patrimonialista, em que a administração do bem público se fazia segundo interesses localizados, incrustados na estrutura do Estado, que, em outra época, chamei de anéis burocráticos. O fenômeno teve sobrevida nos anos que se seguiram à redemocratização, com os estamentos se refugiando em nichos corporais que insistem em projetar seus interesses como se fossem aspirações da coletividade. Mas já não dão mais o significado fundamental do processo global, senão que são, quando existem, resquícios de outro momento, porque a situação, hoje, é outra, porque existe um novo relacionamento entre o Estado e a sociedade. E a sociedade está cada dia mais autônoma e mais organizada.

A interlocução se dá, portanto, muito mais, agora, a partir de critérios pessoais, de maneira transparente e com uma distribuição mais equilibrada de responsabilidades. Noutras palavras, o Estado perdeu o monopólio do público, sem abdicar da função regulató-

ria que lhe é inerente. O chamado terceiro setor tem dado uma contribuição importante para o bem comum. E essa tendência deve ser consolidada. A concertação com o terceiro setor, com as organizações da sociedade civil, aumenta a eficiência da gestão pública com ganhos de equidade, já que permite ao Estado concentrar recursos em tarefas de maior impacto distributivo e de interesse imediato para os menos favorecidos. Quanto mais afeto a áreas onde sua presença é insubstituível, como educação, saúde, maiores as chances de o Estado contribuir como deve para a transformação social.

Aqui é importante insistir que essa ampliação do espaço público, o fato de não existir mais o monopólio das políticas públicas, não só do exercício delas, como da sua crítica, da sua implementação por parte, seja dos canais organizados, dos partidos, do Parlamento, seja das burocracias estatais, levam a uma modificação muito significativa nas formas de controle da sociedade. E como isso vem junto com um processo que é visível, de descentralização, como não apenas o Estado está se refazendo, mas o Estado central, a União, transfere recursos e transfere responsabilidades para outros níveis da administração da Federação, os estados e os municípios. Isso vem seguido, crescentemente, de uma participação ativa de mecanismos de controle por parte da sociedade civil.

Não quero cansá-los com exemplos, mas todo o sistema de saúde, o SUS no Brasil, hoje em dia, é organizado dessa maneira em que ele requer a existência de grupos locais de controle. Da mesma maneira no que diz respeito à educação. Os recursos que são destinados às escolas dependem do controle das Associações de Pais e Mestres. Quando se vêem nos jornais – e se vê com tanta insistência – críticas ao Fundef, são críticas ao mau uso do recurso. Isso não quer dizer que o recurso tivesse sido melhor utilizado antes; quer dizer que, hoje, se percebe quando ele é mal utilizado, porque há a imprensa que critica, a imprensa local, a imprensa internacional. Em cada região, o prefeito tem de prestar contas, de uma maneira ou de outra, às organizações locais.

Quando se dá um atendimento grande, como por exemplo à seca do Nordeste, imediatamente se organizam os grupos locais para que

seja possível a distribuição, até mesmo de cestas básicas. Tudo depende da existência de associações locais, onde há representantes das oposições, dos sindicatos, das igrejas. É um processo que está crescendo no Brasil e que mostra uma nova forma de o Estado se relacionar com a sociedade.

Isso indica que o Estado é cada vez mais poroso – para voltar a usar palavras gramscianas – e que isso é fundamental, que o Estado seja permissível aos retornos sociais.

Quando me refiro ao Estado, não é apenas me referindo aos titulares de poderes: presidente, presidentes das Câmaras, ou aqueles que são representantes do povo, ou que são os grandes diretores das instituições estatais ou diretores das grandes instituições. Não. Eu me refiro a que isso é um processo que vai ocorrer, está ocorrendo em geral. Não diz respeito apenas ao ápice do poder estatal, mas diz respeito ao funcionamento do Estado.

Na medida em que esses mecanismos se generalizam através da informação crescente – a Internet é um exemplo claro da possibilidade disso –, em que tudo passa a ser informado, naturalmente isso significa que, o que em inglês se chama *accountability*, passa a ser uma prática normal. É preciso que haja mais responsabilidade, e haja quem tome essa responsabilidade, e não apenas os Tribunais de Contas e os Congressos, mas a própria sociedade e a mídia têm um papel central nesse mecanismo de generalização das formas de controle. É alguma coisa que passa a ser muito importante para que possamos, efetivamente, modernizar essa relação do Estado com a sociedade, que tem a ver, como mencionei antes, com o aparecimento na agenda pública de questões cada vez mais diferenciadas; e é preciso que se criem grupos que articulem seus interesses, manifestem suas expectativas, e as instituições políticas precisam também se aproximar dessas novas formas da sociedade.

De novo, aqui, a mídia desempenha um papel fundamental. A presença de uma mídia livre, mas também responsável, é condição fundamental para que essa nova forma de democracia deliberativa, mais ampla, se implante em nosso País. Não se trata, portanto, pura

e simplesmente, de reconhecer que houve, nesses últimos anos, o fortalecimento, que é muito importante, da democracia representativa da liberdade, tal como está assegurado na Constituição, mas se trata de ter havido uma transformação – está havendo – na gestão pública e uma transformação na sociedade.

E cada vez mais é preciso que haja uma aproximação entre os novos atores, os novos temas, os portadores das novas expectativas e também esperanças, com os gestores e com o setor político de uma maneira geral. Uma vez, fiz uma declaração nos jornais do Brasil nesse sentido, que provocou um certo ruído. Eu disse que existia uma parte importante da sociedade, até mesmo já organizada, mas cujas organizações ainda não têm a capacidade de interferir nos níveis decisórios do Brasil. E que existe, portanto, também aí, uma marginalização que não é mais aceitável, que precisa ser, progressivamente, suprimida através de mecanismos de interação crescente.

Portanto, nos anos 90, houve uma certa correção de rumo. Para começar, e aí passo a entrar em outros temas também, cruzamos o milênio com uma situação econômica diferente daquela que prevalecia no começo dos anos 90. Não vou me referir ao óbvio, que com o Plano Real foi possível derrubar a inflação que tinha chegado, como todo mundo sabe, a níveis estratosféricos e, hoje, está em níveis baixos.

Fizemos o ajuste do câmbio, uma decisão que foi bastante penosa – todos sabem –, mas que está produzindo resultados, que esperamos que sejam duradouros, uma vez que não correm mais o risco de serem anulados pela inflação, ao contrário de experiências anteriores.

É nesse contexto, de uma sociedade muito ativa, muito exigente, crescentemente exigente, portanto democrática, que se processou, também, uma transformação de rumos. Eu insisto sempre que essa transformação de rumos, quando ocorreu a luta para vencer a inflação, não teria sido possível se não tivesse havido um processo de democratização anterior e se não houvesse a necessidade de um diálogo diferente entre o Governo e a sociedade. Não vou também recordar isso aqui, nem as discussões imensas que tivemos na formulação da URV, que era uma experiência arriscada e que supunha

a compreensão, por parte da sociedade, de um mecanismo de hiperinflação controlada. Não obstante, isso foi feito, e só pôde ter sido feito porque não foi feito um mecanismo de controle de inflação simplesmente tecnocrático. Houve um processo político de entendimento do que significava a inflação, do que significava refazer os orçamentos, dos efeitos da inflação, etc.

É claro que o que eu disse aqui, e com o qual foi possível fazer as transformações todas, supõe esse novo momento. Mas, para que não se imagine que estou simplesmente falando no vazio, aqui a desvalorização que fizemos foi feita num momento difícil, não obstante. Esse é um mapa comparativo que mostra Brasil, México, Coréia do Sul, Filipinas e Indonésia. E vai se ver aqui – o Brasil está em vermelho. Aquilo é a variação do Produto Interno Bruto real do Brasil, no período em que houve a desvalorização, e no outro lado é o Índice de Preços ao Consumidor acumulado. O índice que mostra a inflação medida pelo IPC, no Brasil, está em vermelho também, ou seja, foi onde houve a menor diminuição de PIB. Na verdade, houve um certo crescimento, pequeno mas houve. E onde houve o maior controle do efeito da desvalorização sobre a inflação.

Como se fala muito desses outros países como exemplos de mecanismos que deram certo, é preciso ver que o mecanismo no Brasil, com todas as dificuldades – e que eu acho que são vantagens – de um país onde a crítica é absolutamente livre e onde os grupos pressionam de uma maneira muito ativa, isso não foi obstáculo, senão que, a meu ver, foi o modo positivo para permitir que houvesse essa desvalorização com esses efeitos tão pouco negativos, embora não seja inegável que um processo de desvalorização da magnitude do nosso provoca uma série de efeitos, como provocou na taxa de crescimento do PIB. Mas, não obstante, foi o menor de todos esses processos.

Claro que hoje as condições são favoráveis. Houve uma modificação muito grande no quadro econômico, e nós temos uma expansão de exportações, principalmente de manufaturados. Isso apesar de que tivemos uma situação econômica internacional para *commodities* – o valor das *commodities* – muito negativa. Mas veja-se aí o que

aconteceu com relação às nossas exportações. As exportações totais subiram 34,50%; o valor, 13,10% porque houve uma perda de preços. As divisões e básicos semimanufaturados e manufaturados. O mais significativo é o último item. Essa exportação foi fortemente favorável no que diz respeito aos manufaturados. Nós, aí, estamos comparando os períodos de antes e depois das crises externas, ou seja, o primeiro trimestre de 2000 contra o primeiro trimestre de 97, para não compararmos com o primeiro trimestre de 99, porque o primeiro trimestre de 99 era um momento mais favorável à comparação. Então pegamos um momento menos favorável que foi o primeiro trimestre de 97, quando a economia avançava razoavelmente.

Vê-se, portanto, que essa sociedade dinâmica, que rapidamente mostrei aqui, foi capaz de gerar, também, resultados dessa magnitude. Isso por quê? Por muitas razões, entre as quais – insisto sempre nisso – o fato de que passamos a ter, por causa mesmo do aprofundamento democrático e da capacidade de governar, ou seja, da governabilidade, um clima de menos sobressaltos em um ambiente muito estável para os agentes econômicos trabalharem e a política monetária passou a ter rumo.

Da mesma maneira no gasto público, passamos de uma situação em que não se tinha noção da importância do controle do gasto público para a obtenção de certos resultados, para uma situação totalmente diferente. O máximo exemplo dessa nova atitude está na aprovação, pelo Congresso, da Lei de Responsabilidade Fiscal, que foi aprovada em um ano, nas duas Casas, com amplíssimo debate. Debate com os governadores, com os prefeitos. Pela Internet, foi feita uma consulta e houve cinco mil sugestões para essa lei. Foi uma lei aprovada por Governo e oposição. Amplo senso. Esse grupo dirigente é, hoje, uma espécie de divisor de águas na história da gestão pública neste país, aumentando o grau de responsabilidades. E, em breves semanas, o Congresso vai aprovar uma outra lei, também importante, que penaliza os gestores que se afastarem de uma conduta responsável.

Isso por quê? Porque habitualmente, no Brasil – e repito sempre, é uma frase do Ministro Malan –, a nossa incerteza vem do passado. Vez

por outra apresentam-se contas astronômicas pela irresponsabilidade de dirigentes há décadas. Pela imprevisibilidade, muitas vezes, mais do que irresponsabilidade, de dirigentes, há décadas. De repente, se passa uma conta para a sociedade, no futuro, imensa, tal é a irresponsabilidade fiscal. Nós queremos pôr um limite a esta questão.

Ora, isso significa que essas transformações que foram feitas foram transformações que, de alguma maneira, tiraram o Estado da inadimplência absoluta em que se encontrava – e é bom frisar esse ponto. Irrita-me, e sempre me irritou, a crítica no sentido de que o Governo estivesse favorecendo a desorganização ou a diminuição do Estado. É o contrário. Nós estamos tornando o Estado apto para tomar decisões. E essas decisões não são do Estado, são da sociedade.

O Estado estava corroído de tal maneira, seja pelos anéis burocráticos que mencionei, pela privatização de partes importantes do aparelho do Estado, sob a capa, naturalmente, de interesses nacionais, sempre; seja pela inflação, que impedia visualizar-se o que estava, efetivamente, acontecendo. Era impossível prever o que aconteceria. Seja pela facilidade gerada pela inflação, em que o equilíbrio orçamentário se dá de imediato, pela simples gaveta do Ministro da Fazenda. É só não liberar e tudo, aparentemente, se equilibra na escrituração. Mas o povo paga um preço altíssimo nisso tudo.

Pois bem, na verdade, para fazer frente a isso, o que nós fizemos foi recriar ou, pelo menos, tentar recriar, mudar o rumo – por isso me referi à mudança de rumo – do Estado brasileiro. Não, repito, no sentido de diminuí-lo, não no sentido de torná-lo menos sensível às demandas da sociedade, mas mais capaz de atender às demandas, tais como essas se apresentam nos dias de hoje. E criamos uma série de agências reguladoras. Onde houve privatização, houve uma agência reguladora para olhar pelo interesses do consumidor, o interesse do país e o interesse do investidor.

Não houve uma área de privatização sem que houvesse uma agência regulamentadora. E onde, nas funções típicas de Estado, as ações se ampliaram, por exemplo, na educação, na saúde, na reforma agrária ou na Previdência, nós, progressivamente, despolitiza-

mos a gestão dessas áreas. O exemplo mais recente é o da reforma agrária, em que se vai fazer um contrato de gestão, com concurso público, para aqueles que vão exercer funções no Incra. Toda gente sabe a história do Incra, de um passado que não é dos mais recomendáveis, em termos de clientelismo, em termos, até mesmo, de corrupção.

Bom, isso estamos fazendo progressivamente, nas várias áreas do aparelho de Estado, que não são objeto dessas transformações mais radicais, que dizem respeito à criação de novas agências. Pode-se discutir os efeitos, mas alguns são inegáveis.

Vejam o que aconteceu no setor de telecomunicações. Isso mostra a ampliação do serviço de telefonia celular, de 94 a 99. Em 99, até setembro, na verdade, foi mais. São 17 milhões de telefones celulares. Isso significa que houve um barateamento imenso da telefonia celular. Houve um barateamento da telefonia fixa. Houve um aumento no equivalente, mas de amplitude imensa, da telefonia. E houve, portanto, acesso, democratização.

Hoje em dia, só para dar um exemplo, dos 12 milhões e 500 mil, mais ou menos, contribuintes do Imposto de Renda que o Brasil tem – e isso também aumentou, mais do que dobrou, nesses últimos anos –, 88% dos contribuintes individuais apresentaram a sua declaração de renda pela Internet. Não há exemplo, no mundo: 88%, pela Internet. E as pessoas jurídicas, todas.

Quer dizer, houve, efetivamente, a assimilação de um novo padrão. Se não tivéssemos procedido a essa transformação que está refletida nesses números, dificilmente o Brasil teria condições de entrar nessa nova onda de avanço tecnológico e de reorganização do setor produtivo, assegurada pela transformação na área de telefonia, na área da Internet. Estamos, proximamente, tomando decisões para a terceira banda, a Banda C, que vai ser uma nova revolução tecnológica e que, através do telefone, se vai ter, ao mesmo tempo, o computador, a televisão, o que se queira.

Bom, essa revolução não teria ocorrido se não tivéssemos não apenas privatizado, mas mudado. E tomado cuidado de, ao designar os

responsáveis por essa área, designar gente técnica, de competência. Não tem um que tenha sido indicado por qualquer partido. Não que não pudessem fazer boas indicações, mas, pelo menos num primeiro momento, nem pelo meu, muito menos. Foi tudo a partir de currículos. Se me perguntarem os nomes, eu não sei. Conheço o Presidente.

Isso foi feito. O Ministro Sérgio Motta teve um papel muito importante nisso. Na campanha de 94, eu já tinha reuniões com o Ministro Paulo Renato e com outros assessores, para redefinir a telefonia. Porque era evidente que o Brasil tinha um gargalo imenso nessa área e não poderia avançar se não houvesse uma transformação dessa magnitude.

Não vou me referir a cada uma das outras áreas. Seria possível, na área do petróleo, com as decisões tomadas, com o apoio, sempre, do Congresso, com as modificações havidas, de flexibilização do monopólio. E essa flexibilização permitiu uma expansão. Hoje, a Petrobras produz 1 milhão e 200 mil barris por dia. Isso se compara com 700 mil, há cinco anos. Quase dobrou. E nós estamos apenas iniciando o processo de expansão na área de petróleo.

Na área de energia elétrica e de gás, a transformação é equivalente. Retomamos todas as empresas que estavam paradas, todos os empreendimentos parados, de energia elétrica. Eram muitos. Não sei de cor quantos, eram 22 ou 23. Desses, uns 16 ou 17 já estão gerando energia.

O gás, havia até quem duvidasse que houvesse gás na Bolívia. Hoje, estamos discutindo um eventual segundo gasoduto para a Bolívia. E temos gasoduto vindo da Argentina, também. Hoje, lançamos um programa de 48 ou 49 termoelétricas, que terão que ser feitas praticamente até o fim do meu mandato, para que possamos sustentar uma taxa de crescimento de, pelo menos, 4% ao ano. Houve um incremento na geração de energia, muito grande.

Bom, isso tudo digo, apenas, com o ímpeto, com o desejo de mostrar que houve, de fato, nos anos 90, uma mudança de rumo. E essa mudança de rumo, repito sempre o mote, se deu no momento em que a sociedade é mais aberta, mais ativa.

Claro que isso teve, também, um preço. Qual é o preço? É que tivemos que dar mais competitividade às empresas. Elas tiveram que entrar para o mercado externo. Houve uma abertura à concorrência internacional. Mas essa abertura permitiu, também, que houvesse uma reação, por parte do empresariado, que reduziu custos, melhorou a qualidade, aumentou a produtividade e, como vamos mostrar daqui a pouco, inicia um ciclo de investimentos para a modernização e expansão do parque produtivo que está longe de se esgotar.

É óbvio que, com isso, não estou dizendo que essas transformações que se dão *pari passu* com esse processo que mencionei aqui, de passagem, porque mais que conhecido, de globalização, não traga problemas. Os que tiverem a pachorra, podem ler as cartas, que são acessíveis, que mandei aos Presidentes do G-7, sempre. Cada vez que houve uma reunião, eu mandei uma carta. Cada vez que estive presente com um deles, eu toquei em certos pontos. Desde abril de 95, numa conferência que fiz na Cepal, como Presidente da República, disse já, para ressaltar o óbvio, que nós teríamos que olhar o que está acontecendo nos mecanismos financeiros internacionais, porque os fluxos de capital têm uma velocidade imensa e porque nós estamos diante de uma economia que se globalizou e de um processo decisório que não é globalizado.

Não há um poder legítimo mundial, e há uma ação internacional legitimada, que são esses investimentos e esses fluxos de capital muito grandes. Isso traz um certo descompasso, que leva, naturalmente, à insistência sobre a importância da revisão dos mecanismos que foram criados em Bretton Woods. Esse processo está em marcha. Muitas das sugestões feitas foram absorvidas. Hoje, embora as pessoas todas pensem muito no G-7, já existe um G-20, que tem uma importância estratégica maior, porque reúne os países em desenvolvimento com os países desenvolvidos e está redefinindo uma série de problemas relativos às instituições internacionais e relativos às formas de monitoração das economias internacionais.

Ou seja, o Brasil não apenas está fazendo uma série de transformações, como mostrei algumas, como tem uma posição política, em

nível internacional, clara, nessa matéria. Clara. Não é mais o “patinho feio”, que fica à margem. Faz-se presente e diz o que pensa, com a força que tem, que não é, evidentemente, uma força capaz de mudar o rumo da economia internacional, mas que se acrescenta a outras vozes e que vai permitindo, progressivamente, uma transformação que terá que ser feita, para que possamos ter um processo de globalização, para usar a expressão que uso sempre, que não seja tão assimétrico quanto o atual.

Com isso tudo, tenho a impressão, para responder ao que disse o Ministro Velloso, de que temos um ciclo de prosperidade à vista. Esse programa que definimos, chamado Avança Brasil – diga-se, de passagem, o Ministro do Planejamento do Brasil, Doutor Martus, foi à Cepal, ao Chile, onde o Ministro Celso Furtado e eu trabalhamos, ele nos anos 50 e eu nos anos 60 e, em algum breve momento, juntos, e ficou bastante surpreso com o fato de que houve um desmantelamento dos processos de planejamento, praticamente em toda a América Latina, menos no Brasil, onde nós mudamos a técnica de planejamento, mas o mantivemos – talvez seja o plano mais ambicioso que este país já teve, em termos não só de propor metas, como em termos do controle dessas metas – não vou entrar em detalhes, também, porque não é oportuno, mas é, realmente, alguma coisa que vale a pena que os brasileiros conheçam. Porque eu ouço, com tanta insistência, a expressão de que falta um projeto nacional. Devo dizer, com franqueza: falta que as pessoas se informem melhor sobre os projetos nacionais e sobre o que está sendo feito. Não é que vai ser feito, está sendo feito. E não pelo Governo, é pelo país.

Muitos Estados estão replicando esse mecanismo Avança Brasil. Até mesmo o Presidente da Argentina me pediu e eu enviei os técnicos para conversarem com ele, para que eles também possam definir algumas metas, a partir dessas técnicas que nós estamos utilizando aqui. E, certamente, convoquei uma reunião dos presidentes dos países da América do Sul, para o dia 31 de agosto e 1º de setembro, e pedi ao Banco Interamericano de Desenvolvimento que mostrasse as possibilidades de uma integração física da América do Sul, e não me

referi a toda a América Latina, que seria o ideal. Mas, de qualquer maneira, o Banco Interamericano de Desenvolvimento está também nessa mesma inspiração do Programa Avança Brasil, que começou com o Brasil em Ação. E o BNDES tem um papel central na definição dessas metas.

Foram centenas de consultores e milhares de pessoas que participam da definição do que se pode fazer com o horizonte de tempo dado. Claro que lá nós temos toda uma programação de investimentos, só nesse programa, da ordem de 119 bilhões de dólares, sendo que desses, 44 bilhões de dólares provieram do setor privado.

Bem, isso tudo me parece importante dizer porque o novo papel do Estado tem que ser além dos paradigmas obsoletos, tanto do neoliberalismo quanto do dirigismo. Essas são posições obsoletas, as duas. Agora, é preciso ver que há outros mecanismos que devam ser mais conhecidos, criticados, mas que estão em marcha, que é a existência de uma interação grande entre o setor privado e o setor público, entre o Governo e a sociedade, entre os burocratas, tecnocratas e os empresários, entre todos eles e os sindicatos, que participam, também, à medida que o desejem, da definição desses objetivos.

Portanto, acho que, efetivamente, se abre uma perspectiva de um ciclo de melhores transformações, no Brasil, nessa passagem de século. Agora, isso não se dá apenas porque existem investimentos. Não se dá apenas porque existe, como disse aqui, uma sociedade que se democratizou e que é exigente. Isso se dá, também, porque o Brasil tem uma certa base humana, capacidade científica e tecnológica instalada. Gente competente.

Precisamos voltar a valorizar as nossas coisas. O CNPq foi fundado em 1951. Foi como foi o CNRS, na França. A National Scientific Foundation, nos Estados Unidos. Enfim, foi mais ou menos simultâneo com as grandes organizações de motivação de pesquisa e da formação de cientistas, em 51.

Naquele ano, foram entregues 67 bolsas, se não me falha a memória, de estudo. Agora, no ano passado, foram 67 mil, entre o CNPq e a Capes, sem contar a Fapesp e os órgãos estaduais. Sessenta e sete

mil. O Brasil produz 4 mil doutores por ano. É a mesma coisa que a Itália. Pode-se dizer: “Bom, mas a Itália tem uma terça parte da população do Brasil, *per capita* é pior.” É verdade. Mas a Itália tem o dobro da produção *per capita* do Brasil. O fato é que nós produzimos 4 mil doutores. Não vou discutir a qualidade, certamente haverá bons e maus, as áreas estarão mais ou menos congestionadas, serão as mais importantes ou não. Mas há um sistema de formação de gente, que nunca foi interrompido, nesses 50 anos.

Como estamos repensando o passado, o presente e o futuro, é preciso ver que esse desenvolvimento que está sendo feito no Brasil não é uma improvisação. Como Nação, vem de longe e foi se consolidando com contradições, com dificuldades, com divergência de opiniões como é natural numa sociedade democrática, mas a diretriz se manteve e é uma diretriz de desenvolvimento.

Essas modificações, algumas das que mencionei aqui, têm um caráter que hoje é de permanência. A democracia é alguma coisa adquirida pela sociedade. A capacidade de negociar é adquirida pela sociedade. Quem participou, como vi, do movimento sindical nesses últimos 50 anos – posso dizer com tranquilidade, acompanhei nos últimos 50 anos o movimento sindical – tem o lado ruim da idade, mas tem o lado bom que se aprende com o tempo. A mudança é radical, a capacidade negociadora, de definição de pontos de vista do sindicato é imensa no Brasil, ou seja, é uma sociedade que tem um grande dinamismo.

É claro que isso tudo gerou uma certa confiança no Brasil, e se nós formos olhar o volume de investimentos estrangeiros diretos, vê-se que eles cresceram fortemente na década. E não que foram as privatizações, as privatizações estão lá mais escuras. O vermelho é a não-privatização. E quem olhar, como eu olho todos os dias, os boletins do Banco Central ou as informações – não sei se saem, se são publicadas diariamente, mas eu recebo – vai ver que, hoje, o investimento não é de 500 milhões de uma vez, 200 milhões, 100 milhões é 50, de 5, de 10 é poroso, é um crescimento que está se acrescentando a uma multiplicidade de atividades econômicas. Aí se diz: “Bom, veja, isso aí é

o capital estrangeiro”, temos que olhar se isso não significa, também, uma perda de velocidade na formação do investimento no Brasil. Aqui, temos os dados a respeito da formação do último capital fixo. Houve uma recuperação; por causa da crise do ano passado, houve uma certa paralisação e eu imagino que, no ano 2000, haverá um certo fortalecimento. É pouco, precisamos chegar talvez aos 25%, mas, diga-se de passagem, o Estado que contribuía fortemente, no passado, para o investimento passou a ser o desinvestidor líquido, passou a ser devedor, crise da Previdência, crise no aparelho de Estado em geral.

Agora, vamos imaginar, só para calcular, que tenhamos 20%, para facilitar o cálculo, e que em dólar o produto bruto seja da ordem de 700 bilhões. São 140 bilhões, o capital estrangeiro que entrou foi de 30 bilhões, no máximo, ou seja, há uma forte formação de investimento nacional ou pelo menos de empresas que estão no país, não dependem do capital externo. Digo isso para tirar certos mitos ou certa poeira dos olhos das pessoas que custam a reconhecer; não é a dinâmica de um Governo, não estou me referindo ao Governo, pelo amor de Deus, mas ao Brasil, à sociedade, ao que está sendo feito. Eu já acabei de dizer, o CNPq não foi criado por mim, fui usufrutuário do Sistema, tive uma bolsa da Capes. Mas a verdade é que existe isso.

Então, não pensem que o fato de que há 30 bilhões significa que o dinamismo vem só desse setor, porque não vem. Isso aí é a evolução do PIB a preços constantes de 1980 até agora. Veja o que aconteceu. Está claro, a gente vê a relação com o setor externo e a dependência que, efetivamente, existe na nossa economia quanto ao dinamismo do setor externo. Ali, temos 82, 83 é crise do México, é uma profunda crise no Brasil. Então, o produto cai. Retoma depois, mais adiante, outra vez, uma queda acentuada a partir de 89, 90, 91, 92, fundo do poço. As razões são conhecidas: o fracasso do Plano Collor, Plano Collor I e Plano Collor II e, em seguida, retoma e pára. O período de 97 a 98 é de crise da Ásia, crise da Rússia, se tivesse os dados mais recentes, não os tenho aqui, mas não é difícil imaginar que eles retomam no primeiro trimestre, já no último trimestre do ano passado e primeiro trimestre deste ano.

Bom, a despeito de tudo isso – olhem, essa é a taxa de crescimento do PIB, mas volte para aquele item anterior –, a tendência é óbvia, como estamos fazendo aqui uma análise que é de estrutura, e que é secular, a tendência não é uma tendência de ir para o pior. Você pode discutir a velocidade, eu por mim dobraria isso, óbvio. Agora, a tendência não se pode discutir, não há razão. Não só é um país que cresceu incessantemente nos primeiros 80 anos do século XX, como nas duas últimas décadas, as que estão aí. Houve problemas. Estão aqui mostrados os problemas com clareza, mas houve continuidade na tendência de crescimento.

Agora, passe para o outro gráfico. Isso é a taxa de crescimento do PIB. Veja, também, que com exceção de 81, 83 (provavelmente), 90, 91, 93, 94 (que foi negativo) a taxa do PIB sempre foi positiva. É claro que aí eu não tenho o PIB *per capita*, mas diga-se de passagem que a taxa de crescimento demográfica caiu acentuadamente no Brasil. Hoje, é de 1,3, e por conseqüência um crescimento de 5; quando a taxa é de 1,3, é muito diferente de um crescimento de 7 quando a taxa era de 3, ou melhor, se equivalem, onde 5 é mais do que 7 quando a taxa é 3, como foi na década de 70; dados que as pessoas costumam não relativizar para mostrar que, a despeito de tudo, há uma tendência de crescimento.

Isso aí é o PIB *per capita* no mesmo período. Na verdade, repete um pouco, depende da taxa de crescimento da população, mas se vê com mais ênfase o que acabei de dizer, a queda é mais pronunciada, em certos momentos, mas retoma.

Bem, são dados mais recentes, é o primeiro trimestre de 2000 e o primeiro trimestre de 99. É inequívoco que houve um aumento grande de produção de bens duráveis, bens de capital, intermediários, industriais, mas os bens duráveis é que chamam a atenção fortemente para o que está acontecendo nesses últimos tempos. Isso é para mostrar que não foi só na indústria.

Quando se olha a agricultura, veja que na década de 90 houve uma tendência contínua ao crescimento da safra de grãos. Diga-se de passagem que a previsão mais recente é um pouquinho maior do que

essa, mas não tem muita importância para os fins que quero mostrar. Quero mostrar que, em termos de tendência, a década de 90 foi uma década que respondeu razoavelmente bem. Veja que nós passamos de 60 milhões de toneladas para quase 86 milhões de toneladas. É um crescimento forte, é um crescimento de quarenta e poucos por cento numa década. E como tenho visto referência à década de 90 como tão perdida quanto a de 80, eu acho que nem a de 80 foi perdida, como acabei de mostrar, mas veja que convém olhar dados, e convém olhá-los fora da conjuntura para que a gente tenha uma sensação mais realista do que acontece no país.

O dado sempre mais preocupante é que, dadas as transformações tecnológicas, dado o que já se sabe da taxa de crescimento da população, o dado mais preocupante costuma ser a questão do emprego. Não obstante, podem ver na primeira série de números, aqui, a variação de emprego em 12 meses – a fonte é o IBGE; a pesquisa mensal de emprego mostra que de outubro de 99 em diante começou a haver uma criação líquida de empregos; ou seja, empregos novos menos os empregos que se perdem: deu em março 621 mil, mas desde outubro começa a acontecer isso; isso é geral. Mesmo na indústria, onde o processo é mais lento. Temos já dois trimestres de recuperação do nível de emprego. Ainda não da taxa de desemprego, que a taxa de desemprego depende da oferta de mão-de-obra e que a expansão se dê de uma forma forte para que ela possa começar a surgir, mas os dados apontam nessa direção.

É claro que aí, também, é preciso verificar que o crescimento do emprego normalmente se dá no setor produtivo direto, quando ele começa a ter a indústria, a agricultura. Não tenho os dados da agricultura, aí. Aí, vai para o setor de serviços, em seguida, e serviço é o setor que absorve mesmo, porque 60%, hoje, estão nos serviços ou mais. Então, os efeitos disso só se fazem sentir com o tempo.

Com isso, quero dizer, portanto, que os dados mostram que nós estamos numa rota de crescimento. Não pensem que vou com isso me contentar, não. Já vou falar sobre o que me parecem, também, problemas a ser enfrentados.

Esses dados que mostrei até agora dizem respeito, basicamente, à questão econômica. Agora, me parece que é preciso uma nova reflexão. Primeira reflexão, portanto, com o clima de democracia, etc., a sociedade mais exigente, mais reclamação, um Estado que se modifica, maior porosidade. A despeito de todas as dificuldades, há crescimento. Deveria ser maior, poderia, etc., mas há crescimento, com todas as dificuldades.

Portanto, não se pode pensar que o Brasil esteja passando por um processo de perda relativa – relativa não é possível, depende do período com que se compara –, mas de perda do seu ímpeto de crescimento econômico. Os dados não sustentam esse mito. Há uma outra coisa que se pode dizer: “Podia ser mais.” Ah, eu também acho, e quero. Vamos fazer, tentar fazer.

Agora, há um outro mito: as décadas foram perdidas na área social. A década de 80 não foi uma década perdida na área social. Talvez seja preciso alguém se debruçar mais profundamente sobre isso. A velocidade das transformações sociais, no Brasil, me parece, às vezes, mais rápida que a das transformações econômicas.

Vejam que eu sou Presidente, não devia dizer essas coisas. Mas, como sociólogo, fico inquieto por dizê-las. Porque é preciso tirar, desmistificar o pensamento, ver o novo, tirar a poeira dos olhos, olhando os números.

Aqui há dados, vou aproveitar uma pequena série deles, na área social, para dar sustentação ao atrevimento da minha afirmação. O que não quer dizer que esteja bom, hein? Não me venham, depois, dizer: “O Presidente acha...” Não, não. Estou dizendo que há uma tendência nessa direção. Vamos lá. A porcentagem de crianças fora da escola caiu drasticamente, de 18% para 4%, em oito anos. Isso não se fez à toa. Por trás disso, há políticas sociais. Por trás disso, há o Orçamento. Por trás disso, há a decisão governamental de dar prioridade à educação. Não acontece por acaso. Mas aconteceu.

A taxa de analfabetismo, de 90 a 99, cai de 18% para 13%. Quando se vê que as crianças estão na escola, é só projetar e vai ver o que vai acontecer daqui a dez anos. Porque se estão na escola, no futuro a queda vai ser muito maior, da taxa de analfabetismo. Adiante.

Olhem o que aconteceu com o número de matrículas entre 95 e 99. A educação secundária e técnica subiu 57%. A básica 13%. Diga-se, de passagem, a educação básica praticamente é pública, e vai continuar assim. Secundária, basicamente, é dos governos estaduais. A primária é dos municípios. O dinheiro é do Governo Federal. Não todo, mas uma boa parte. E a educação superior cresceu 28%.

Bem, a explosão do secundário está apenas começando. Por quê? Por causa da educação básica. Como houve, na educação básica, um avanço muito grande, forçou o secundário. Vamos ter que criar 10 milhões de matrículas, nos próximos quatro anos, para atender as crianças do secundário. Isso é emprego, também, porque vai ter que criar professor.

Aí já é um gráfico um pouco mais sofisticado, comparando o que aconteceu, em três anos nós fizemos dez anos. Mas isso não precisa, pode pular. Não é propaganda. Bem, isso quanto à educação. Quero acrescentar à educação uma outra questão. Mencionei que tínhamos um sistema de pesquisa. Pois bem, nos próximos anos, esse sistema vai ser altamente irrigado com recursos. Porque, em cada área privatizada – está lá no Congresso – existe um fundo de apoio à pesquisa. O fundo que sai da área do petróleo já está funcionando. Não sei exatamente, mas já deve ter gerado 100 milhões de reais.

Quando esses fundos todos forem aprovados pelo Congresso, o que espero que seja este ano, a partir do ano que vem, vamos ter 1 bilhão de reais adicionais. Porque os céticos de sempre vão dizer: “Ah, já que têm dinheiro, vão cortar do Orçamento.” Não é verdade. São adicionais ao que temos, e que não vão entrar no Orçamento. Vão ser feitos sob a forma de competição, como núcleo das próprias universidades e das empresas, para o desenvolvimento científico e tecnológico. Institucionalizamos recursos para pesquisa científica e tecnológica. Está feito. Falta só o Congresso aprovar. Mas vai aprovar.

Na área da saúde, talvez o dado mais significativo seja a mortalidade infantil. Olhem como ela caiu, de 47,8% para 36,7% em oito anos. Caiu sempre. Se olharmos os dados da década de 80, também vinham caindo. É que era muito alto o ponto de partida. Agora, repa-

rem que começa a ter uma diminuição, na velocidade da queda. Por quê? Porque essa queda é uma queda que se conseguiu fazer aumentando significativamente, por exemplo, o número de agentes comunitários de saúde. Eram 28 mil, em 94. Hoje, devem ser uns 120 mil, não sei exatamente, dá mais de 100 mil, certamente. Criamos médicos de família, pelo sistema cubano, até com médicos cubanos, em certas regiões do Brasil, atendendo às populações mais pobres.

Houve aumento da nutrição. O programa de merenda escolar do Brasil talvez seja o maior programa nutricional do planeta. Todas as crianças que estão em escolas públicas recebem, todos os dias, um prato de comida. E se for nas comunidades atendidas pelo sistema Comunidade Ativa, Comunidade Solidária, recebem dois, ou seja, são 32 milhões de pratos de comida por dia. Isso era centralizado em Brasília. Nós descentralizamos. Para evitar a corrupção. Pode haver a pequena, aqui e ali, mas a grande não. E para fazer com que dinamize a economia local, porque a compra é local. E o gosto das populações varia, também. Mas todas as crianças recebem comida. Isso também melhora a qualidade, a nutrição. Claro que a mortalidade infantil não depende disso. Mas, a mãe, se for melhor alimentada, melhora também.

Agora, para nós avançarmos aí, neste ponto, precisamos de duas coisas: atendimento à saúde da mulher – e o Ministério da Saúde está cuidando intensamente disso, pela primeira vez na História, uma luta tremenda, porque aí entra a questão de gênero. Ninguém imagina a resistência que há, em setores médicos, à difusão dos programas de atenção à maternidade, atenção à mulher em geral. Mas introduzimos, com muita pressão do Ministro José Serra para que isso aconteça.

O outro é o saneamento básico, para poder baixar mais esses índices. E saneamento básico não se consegue de um ano para o outro. Temos dificuldades, aí, que mencionei em uma outra reunião que tive aqui, no Rio de Janeiro, recentemente. Há dificuldades sérias, mas nós vamos mobilizar recursos para avançar no programa de saneamento básico. Adiante.

Idem, no que diz respeito à terra, ao acesso à terra. Mas a verdade é essa aí. São assentamentos feitos. Na verdade, fizemos nesse período

de quatro anos mais do que em 30 anos da história do Brasil. Repito, o Governo é uma interação dialética, entre os movimentos, mesmo aqueles mais rebeldes, entre as demandas da sociedade, a democracia que força, a mídia que reclama, o Governo que acaba atuando. Os orçamentos são pequenos, mas têm resultado. Têm resultado. Houve uma transformação grande nessa questão do acesso à terra. Em termos de hectares de terra, não há semana que não desapropriem fazendas.

Agora, o mais curioso não é isso, não. Nunca nenhum fazendeiro veio me reclamar. Fiquei, no começo, espantado. Toda semana, desaproprio muita terra. Alguns preferem a desapropriação porque recebem título da dívida agrária. Mas não é só por isso, não. É porque a sociedade não aceita mais o latifúndio. Não aceita.

Participamos de debates incríveis na Constituição de 88. A sociedade não aceita a invasão da propriedade, sobretudo da propriedade produtiva. Os dados estão aí, muito claros. Mas também não aceita o latifúndio improdutivo.

Então, desapropriei o equivalente a três Bélgica, 14 milhões de hectares de terra. É muita terra. Essa não é a parte mais difícil. O mais difícil é fazer a pessoa ir para a terra, trabalhar, ter assistência técnica, ter semente, ter financiamento. E não haver, simplesmente, desvios políticos no rumo de todo o processo. É um processo, mas está avançando. Adiante.

Vejam o seguinte: a consequência combinada da existência de um certo ímpeto de crescimento econômico com a existência de políticas públicas produz resultado quanto à proporção de pobres. Peguei, de novo, uma série longa. Porque a conjuntura perturba. E não se trata de um governo, repito. Este seminário, aqui, é para discutir o Brasil.

Está havendo uma redução efetiva da proporção de pobres no Brasil. Isso não nos satisfaz. Por quê? Porque a proporção ainda é muito elevada. E também não nos satisfaz em outro sentido: não se pode, simplesmente, imaginar que o número de pobres diminua em função do crescimento econômico. Não basta. É preciso que haja políticas focalizadas, específicas de combate à pobreza. Quais sejam essas é mais complexo de dizer. Mas é preciso que haja.

Vejam o que aconteceu aqui, que é muito interessante: há uma forte queda em 86 e 87. Cinquenta e um por cento, definido o pobre, de alguma maneira, em termos da renda familiar. Não está dito o critério aí. Pois bem, cai de 51% para 31%. Isso é o Plano Cruzado. Não é outra coisa, não. Chama-se Plano Cruzado. O efeito foi rapidíssimo. Voltou, imediatamente, para 45%. Por quê? Porque não houve a estabilização da economia. Voltou a inflação.

Depois, a nova queda importante é o Plano Real. Não vejo o número daqui, mas é 33. E, no final, 32, qualquer coisa assim. Qual é a diferença? É a de que se estabilizou, quer dizer, não houve a volta, não aumentaram os índices de pobreza. Isso não basta, mas é condição necessária. Sem estabilização da economia não há combate sério à pobreza. Com inflação... Aí está aquele negócio que disseram aqui, que é bastante claro: o Plano Cruzado teve um impacto redistributivo imediato e, depois, voltou tudo. O Plano Real teve um impacto distributivo imediato, só que não voltou. Permite, portanto, que, agora, comecemos a ter programas focalizados para combater a pobreza, porque os efeitos distributivos da estabilização ocorreram já. Já ocorreram. Não vamos nos contentar com 30% de pobres. Temos que baixar esse número de pobres.

Os efeitos do esforço educacional são positivos também, mas não bastam. Há muitos programas. O Governo Federal – e os estaduais devem fazer alguma coisa também – redistribui 17 bilhões de reais, sob várias formas. Se se quiser dar um nome pomposo, chame-se de renda mínima. Uma dessas rendas mínimas é a aposentadoria rural. São 12 milhões de pessoas. Custa, mais ou menos, 9 bilhões de reais. Tem-se que fazer isso. É um programa redistributivo. Aí, o INSS não tem que ter efeito de capitalização. Não, não. É renda redistribuída. A sociedade redistribui renda via INSS para 12 milhões de pessoas que não contribuíram para a sua Previdência, mas que têm direito à Previdência. Hoje, quando se for ao interior, nas zonas mais pobres do Brasil, o aposentado passa a ter uma posição um pouco melhor, porque, com a estabilização e com o aumento real que houve da renda – pequeninho, mas houve –, ele tem mais condições de sustentabilidade. Não é suficiente isso.

Alguns programas, como o Fundef, que mencionei aqui, aumentaram os salários das professoras no interior das partes pobres do Brasil em até 50%.

O Governo Federal tem um programa, que foi iniciativa final do Deputado Nelson Marchezan, no Ministério da Educação, de bolsa-escola. Fala-se muito de bolsa-escola, como se fosse uma coisa que foi feita aqui ou ali. Não. O maior programa de bolsa-escola é o programa do Ministério da Educação, que distribuiu para 600 mil famílias, 1 milhão de crianças. Isso tem efeito sobre a pobreza. Por menor que seja a massa de recursos que se distribua assim, tem efeito. A criança vai para a escola – portanto, melhora no futuro – e a família recebe uma pequena renda para tirar a criança do trabalho.

E já estou me referindo a um outro programa que temos também, que é o programa relativo ao trabalho penoso. Estamos tirando – friso – todas as crianças do trabalho penoso. Já tiramos cerca de 150 mil. Precisamos tirar mais. Acho que o total dá umas 300 mil. E há recurso no Orçamento para isso.

Então, quando dizem que este governo só olha para a economia, são pessoas que não olham os dados, que não olham para os números, que não têm a humildade de examinar *in loco* o que está acontecendo. Está bom? Não. Não está bom. Mas está-se fazendo um esforço considerável para que as coisas melhorem no que diz respeito à questão social e à questão de melhoria das condições de vida das populações mais pobres.

Houve, portanto, efetivamente, um avanço grande.

Esse é um dado interessante também. Isso é a renda familiar anual *per capita*. Talvez seja o dado mais importante para se medir, realmente, o nível de vida da população, a qualidade de vida da população. É a renda anual *per capita*. Quer dizer, em cada família, quanto cada um ganha no ano.

Atingimos, em 98, o maior índice de renda anual *per capita*, desde 1977. Olhem bem, é série longa. Vejam, de novo, que, quando houve o Plano Cruzado, olhem lá, de novo, como foi lá para cima. E olhem

como caiu. No Plano Real foi a consistente melhoria da renda anual *per capita*. Os que entendem do assunto sabem que esse é o indicador mais sensível para a condição de vida da população.

Então, vejo, freqüentemente, análises que dizem: “Ah, o Brasil está indo de mal a pior.” Os dados não dizem isso. Você pode dizer: “Não está indo de mal a melhor.” Mas está de mal a menos mal, pelo menos. E quem analisa com objetividade tem que perguntar não o número absoluto. É: quanto era antes? piorou, ficou igual ou melhorou?

Mostrei vários dados aqui. Esses dados são todos do IBGE, do Ipea. Não foram fabricados por mim. Todos esses dados mostram, consistentemente, que houve melhoria. Então, por quê? Então, por que não crer que o Brasil entra no novo século com melhores condições?

Bem, é claro que o efeito dessa melhoria se vê. Aí, são coisas mais conhecidas. O aumento de bens de consumo durável é bastante impressionante. Telefone, obviamente, é novo. Não estou defendendo o Plano Real, nem o meu governo. Estou defendendo o Brasil. Não é possível que esteja todo mundo imbuído por um pessimismo que não está baseado em nada, a não ser na vontade de sofrer. E há muita gente sofrendo, que sofre mais quando os que podem não sofrer começam a sofrer, porque não vêem nada e não permitem que se façam as coisas necessárias para os verdadeiros sofredores melhorarem. É a *intelligentsia* que tem que mudar. É a universidade, são os formadores de opinião, são os altos burocratas, são os técnicos que têm que olhar com mais atenção, não para dizer que está bom, mas para não pregar mitos errados. Isso aí são coisas antigas. São os mesmos de sempre: as crises econômicas prejudicam, os planos bem-sucedidos ajudam. E quando houve um problema, nos anos 70, de planos externos, situação externa boa e capacidade de decisão – autoritária, é verdade, e não gosto, mas, enfim –, que mexeu em certos problemas, têm efeito. Está aí o efeito.

Bom, isso aí, é claro, tem a ver também com o nível de vida. Melhora porque não apenas melhorou a renda, o nível de renda *per capita* anual, mas também, para os mais pobres, a cesta básica subiu muito menos do que a inflação. Muito menos do que a inflação, des-

de o início do Plano Real. Então, aí, evidentemente, o poder de compra aumentou.

Bom, creio que com esse conjunto de dados simples, mas que vão nos pontos efetivos, tanto na área econômica quanto na área social, quanto no investimento, é possível dizer que mudamos de século com ânimo para avançar mais. Isso não quer dizer que tenhamos um futuro fácil, porque o que está por trás disso – e por isso insisti tanto – é a necessidade de políticas continuadas, tanto na área econômica quanto na área social, e de uma democracia sempre presente. Não tem fórmula mágica para melhorar a condição de vida da população e para o país ter um destino nacional que leve, realmente, se pudesse falar em termos clássicos, à felicidade no sentido coletivo. Não há fórmulas mágicas. O que tem que haver é honestidade, competência, rumo, determinação e fé. Fé não no vazio, mas no que já se fez, para que haja motivação para que se continue fazendo.

Haverá problemas. A continuidade do crescimento econômico vai depender de muitos fatores. Ainda temos vulnerabilidades externas. Aí se vê com clareza. Ainda temos. Não se acaba com elas com golpe de magia, nem política, se, de repente, baixa-se um decreto e as coisas mudam, porque não é assim.

Passamos por um problema difícil, no ano passado, com a crise internacional. Hoje, as nossas reservas não são mais compostas por *hot money*. São, basicamente, compostas por esse dinheiro que mostrei, de investimento direto ou empréstimos de longo prazo das agências internacionais. Portanto, os tremores repentinos do mercado, provavelmente, terão um efeito muito menor sobre a solidez da nossa economia. Na conjuntura, os números todos, hoje em dia, internos são positivos. Mas vamos ter que aumentar a nossa capacidade exportadora porque, senão, vamos ter, permanentemente, esse problema de uma certa fragilidade externa.

Para aumentar a nossa capacidade exportadora, vamos ter que continuar aumentando a produtividade das nossas empresas. Vamos ter que ter maior inovação na nossa área exportadora. Mostrei os dados que indicam que as manufaturas começam a retomar o crescimento.

É preciso olhar, com atenção, a pauta de exportação e ver se estamos sendo capazes de exportar para os setores mais dinâmicos do comércio internacional.

Não basta dizer que o Governo tem que fazer isso, o Governo tem que fazer aquilo. Os empresários também têm. Também têm que inovar, também têm que gerir melhor suas empresas. Têm que dar atenção à escala das suas empresas. Têm que mudar a lei das sociedades anônimas para que os minoritários tenham mais garantias. Temos que formar um mercado de capitais no Brasil, para que possamos, efetivamente, ter aqueles índices de investimento, que estão chegando aos 20%, que aumentem consideravelmente.

Há muito o que fazer. Não se trata de cantar louros sobre uma vitória inexistente, porque um país nunca pode dormir sobre louros. Muito menos nós, que somos morenos, não temos tantos louros assim... Então, não podemos ficar imaginando que estamos com todos os problemas resolvidos. Mas temos que saber onde é que estão os problemas, ter determinação e buscar convergência, para chegar aos resultados necessários.

Acredito que teremos essa capacidade. Dado o que eu mencionei aqui, da capacidade científica e tecnológica existente, das providências que estão sendo tomadas para que ela possa se expandir, do fato de que o setor produtivo nacional continua avançando, não só o internacional, do fato de que temos milhares de novos empreendimentos, por este Brasil imenso, há um deslocamento geográfico óbvio do nosso setor produtivo. Óbvio. Olhem o Nordeste, em termos de empresas industriais. Olhem a expansão no Centro-Oeste, em termos do desenvolvimento da agricultura de alta tecnologia. Olhem o que acontece em Balsas ou em Barreiras, na Bahia, Piauí, Maranhão, novas fronteiras. Vão olhar esses eixos de desenvolvimento, como estão redesenhando o Brasil. Vamos ver o esforço feito, na questão dos portos, o esforço que está sendo feito. Precisa mais. A necessidade de infra-estrutura está equacionada, mas precisa ser feita.

Existem, portanto, possibilidades efetivas de que – respondendo à pergunta – o futuro seja melhor que o presente. O passado não foi

tão ruim quanto alguns dizem. O presente não é pior que o passado, é melhor. E o futuro poderá ser melhor que o presente, se tivermos a capacidade política de seguir adiante, no rumo traçado.

Se nós tivermos a compreensão real do desafio: onde é que estão os desafios? E não imaginarmos mitos com os quais acalentamos, às vezes, o nosso pessimismo, a nossa fracassomania, às vezes o nosso otimismo. Voltando ao que disse, no ponto de partida: é preciso ter um realismo utópico, se posso falar dessa contradição, porque gosto de dizê-la, de manter a razão, um certo ceticismo da razão. Mas uma vontade que seja uma vontade iluminada, uma vontade que vislumbre um horizonte.

Este Fórum, Ministro Reis Velloso, pode contribuir muito para isso, se tivermos a humildade de ver as coisas, ver os dados, de aceitar a crítica, a autocrítica ou o que seja, e não nos deixar aterrorizar por mitos que perturbam uma visão serena e objetiva daqueles que, realmente, têm responsabilidade de liderança neste país. E liderança, hoje, não é pessoal, tem que ser uma liderança coletiva. Há muitos setores que fazem parte dessa liderança.

Quando o País se abate por falsos profetas, quando ele se abate por idéias simplistas, quando ele se abate porque não tem, às vezes, mais a paciência, até mesmo para ver o que está acontecendo, quem perde não são os dirigentes, quem perde é o País, quem perde é a sociedade.

A nossa responsabilidade, digo nossa, agora, como pessoa, de todos nós, que somos capazes de ler, de enxergar, de somar dois com dois, e até de usar o computador, é muito grande. É muito grande para nos perdermos em devaneios pessimistas, muitas vezes, ou injustos, ou críticas vazias, ou visões que não correspondem mais à realidade. Com isso tudo, em vez de embalarmos as nossas possibilidades de crescimento, ficamos o tempo todo tirando o ânimo daqueles que precisam ter ânimo.

Mas este país não vai se deixar vencer por momentos fugazes, de uma visão equivocada, porque ele tem essa tendência que mostrei aqui. Tem as dificuldades, vamos enfrentá-las. Vencemos a estabiliza-

ção, vamos vencer o crescimento, vamos vencer a questão das limitações externas, vamos dar maior impulso às exportações e, sobretudo, vamos continuar dando educação em massa para esse povo, inclusive nos setores de mais vanguarda, para que o povo possa, realmente, participar do novo século que vem aí.

E o novo século que vem aí é o século do conhecimento, isso é indiscutível. Não vai poder ter conhecimento quem estiver ainda fragilizado pela saúde, desde o nascimento. Não vai poder ter conhecimento quem ainda hoje luta pela terra, meu Deus! Lutas dos séculos passados.

Se estivesse aqui o Cândido Mendes, ele diria que é a contemporaneidade do não coetâneo. Ele não está aqui, digo eu. São processos históricos diferentes. Temos que discutir ao mesmo tempo, como eu faço. E tem que fazer, com a Contag, horas e horas. Não faço com o MST porque não quero discutir com quem depreda. Com a Contag, eu discuto. Eu discuti com o MST, também. Assuntos do que as gerações passadas não fizeram. Devíamos estar discutindo mais a vanguarda. Não. Somos obrigados a discutir, e somos obrigados moralmente a discutir as questões que dizem respeito ainda ao acesso à terra, ainda ao acesso à escola.

Isso, ao mesmo tempo, evidentemente, dá um pouco de ansiedade, porque não se pode dar passos maiores, é a nossa condição. Não podemos fugir da nossa condição e nos isolar, pensando que estamos resolvendo tudo, quando só estamos resolvendo os problemas de uma elite. Não. A massa está vivendo situações diferentes da situação que seria aquela vanguardeira.

Não podemos deixar de atender a essa pluralidade de momentos históricos do nosso país. E, para isso, precisamos ter, realmente, essa vontade determinada.

Gostaria, imensamente, de falar sobre outras questões, sobretudo sobre as questões políticas, sobre as questões da reformulação, do que falta muito no nosso sistema político. Vejo, com muita injustiça, se dizer a toda hora que o Governo não quer a reforma tributária. O tempo todo estou discutindo a favor da reforma tributária. E ainda

hoje vejo nos jornais que, finalmente, pela pressão não sei de quem, o Presidente determinou... Determinei nada. Determinei sempre. Desde que se faça alguma coisa que seja efetiva e que não se vá criar uma reforma tributária que vá servir, apenas, para os advogados ganharem mais dinheiro fazendo ações contra o Governo, liminares que impedem o Governo de cobrar aquilo que é devido.

Há muitos problemas que eu gostaria de poder discutir neste Fórum, com paixão. Com paixão, porque sem paixão não se mudam as coisas nem se faz política. E eu vejo, com frequência, que dizem que sou distante e frio. É porque não me conhecem. Com paixão. Mas a paixão sempre moderada por uma certa dosagem de conhecimento, com uma certa humildade de saber que a vontade não faz tudo sozinha. Sem ela, não se faz muito. Com ela, sozinha, tampouco. Mas juntando a vontade com o conhecimento creio que se faz. Os senhores têm o conhecimento e a vontade. Podem fazer.

Muito obrigado.